



**Relatório de Auditoria Operacional processo TCE
06265/2018-7 - fls. 80 a 94)**

MUNICÍPIO DE SOBRAL

8. O sistema de arrecadação utilizado é próprio do município ou terceirizado- [Próprio]	Sim
8. O sistema de arrecadação utilizado é próprio do município ou terceirizado- [Terceirizado]	Não
8.1 Existe em contrato previsão para acesso e disponibilização do banco de dados para o município-	
9. O sistema de arrecadação é integrado-	Sim
10. Há backups periódicos do banco de dados do sistema de arrecadação-	Sim
11. O município possui normatização da estrutura organizacional da Administração Tributária-	Sim
11. O município possui normatização da estrutura organizacional da Administração Tributária- - comment	Sim , no organograma.
12. Com relação à estrutura de pessoal na atividade de arrecadação, responda: [Quantidade de cargos existentes:]	15
12. Com relação à estrutura de pessoal na atividade de arrecadação, responda: [Quantidade de cargos preenchidos:]	9
13. Existe plano de cargos e salários no âmbito da administração tributária-	Em elaboração
13. Existe plano de cargos e salários no âmbito da administração tributária- - comment	O Projeto encontra-se sob análise da SEFIN e da Procuradoria.
14. Existe previsão de remuneração variável no âmbito da administração tributária-	Sim
14. Existe previsão de remuneração variável no âmbito da administração tributária- - comment	PDFM- Prêmio por Desempenho Fiscal, Lei nº 656/06, alterada pela Lei 1.624/17
15. Existe plano de capacitação para os integrantes da administração tributária-	Não
16. A legislação tributária consolidada está atualizada nos termos do art. 212 do Código Tributário Nacional-	Não
17. A legislação tributária vigente está disponível para consulta on line-	Sim
	LC - 39/13
	LC - 47/16
17. A legislação tributária vigente está disponível para consulta on line- - comment	LC - 50/17
	LC - 51/17
	LC - 52/17

18. O município tem algum convênio com a União para o substituto tributário - ISS-	Sim
18. O município tem algum convênio com a União para o substituto tributário - ISS- - comment	Por meio do SIAF
19. A normatização municipal do Imposto sobre Serviço (ISS) está compatível com a Lei Complementar Federal 116/2003-	Sim
20. Existe alíquota de ISS inferior a 2% sendo cobrada no município-	Não
20. Existe alíquota de ISS inferior a 2% sendo cobrada no município- - comment	Toda a legislação do ISS está atualizada de acordo com as alterações da Lei 157/2016
21. A Lei municipal do ISS está disponível para consulta on line-	Sim
21. A Lei municipal do ISS está disponível para consulta on line- - comment	Lei Complementar 39/13 com suas alterações 47/16; 50/17 e 52/17
22. Existe rotina de trabalho aplicada à fiscalização de contribuintes com atividades diversas que compartilham o mesmo endereço cadastral-	Sim
23. Existe rotina de trabalho para efetuar lançamento do ISS por arbitramento ou estimativa-	Sim
23. Existe rotina de trabalho para efetuar lançamento do ISS por arbitramento ou estimativa- - comment	Conforme art. 87 da Lei Complementar 39/13
24. Existe rotina de trabalho no sistema de arrecadação para ISS de serviços tomados pela prefeitura-	Sim
24. Existe rotina de trabalho no sistema de arrecadação para ISS de serviços tomados pela prefeitura- - comment	Sim, as secretarias tomadoras dos serviços indicam o valor a ser retido por ocasião do pagamento. No caso de empresas que informam ser optantes do Simples Nacional, a Tesouraria confere essa situação.
25. O município institui, arrecada ISS relacionado ao setor bancário ou financeiro-	Sim
25. O município institui, arrecada ISS relacionado ao setor bancário ou financeiro- - comment	Item 15 da lista de serviços. Lei Complementar 39/13)

	BANCOS MÚLTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL - R\$ 1.809.824,21
	CAIXAS ECONÔMICAS - R\$ 1.410.142,96
	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, BEBIDAS E FUMO - R\$ 380.644,04
	BANCOS COMERCIAIS - R\$ 372.939,92
	CARTÓRIOS - R\$ 328.174,62
	ENSINO FUNDAMENTAL - R\$ 283.325,66
26. Quais as atividades econômicas são responsáveis pelas maiores arrecadações com ISS-	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL - R\$ 204.729,69
	OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIATIVAS PROFISSIONAIS - R\$ 155.360,78
	FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA - R\$ 138.07804
27. Com relação à Contribuição de Iluminação Pública (CIP), o município identifica e controla todos os contribuintes e os respectivos valores devidos-	Sim
27. Com relação à Contribuição de Iluminação Pública (CIP), o município identifica e controla todos os contribuintes e os respectivos valores devidos- - comment	Sim, através de fiscalização.
28. No município há a cobrança do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR)- Qual o motivo da não cobrança do ITR-	Não Porque é imposto de competência da União.
29. A legislação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) está disponível para consulta on line-	Sim
29. A legislação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) está disponível para consulta on line- - comment	Está no Código Tributário Municipal. LC 39/13, está online.
30. Há legislação que institui o Plano Diretor-	Sim
30.1. As revisões estão ocorrendo no prazo legal-	Não
31. Há Planta Genérica de Valores em vigor e instituída por lei-	Sim
31.1. A Planta Genérica de Valores foi revisada no prazo recomendado-	Não há revisão obrigatória
32. O município adota alíquotas progressivas de IPTU-	Sim

33. Há lei instituindo obrigação acessória aos titulares de Cartórios de Registro de Imóveis e Distribuidores para informar periodicamente à Prefeitura sobre as transações imobiliárias ocorridas no município-	Sim
33. Há lei instituindo obrigação acessória aos titulares de Cartórios de Registro de Imóveis e Distribuidores para informar periodicamente à Prefeitura sobre as transações imobiliárias ocorridas no município- - comment	Sim, eles enviam mapa de serviços prestados mensalmente até o dia 10 do mês subsequente ao da transação.
34. Qual a periodicidade da atualização geral do cadastro imobiliário-	Outros
34. Qual a periodicidade da atualização geral do cadastro imobiliário- [Outros]	Sem frequência definida
35. A legislação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI) está disponível para consulta on line-	Não há legislação dispondo sobre o ITBI
35. A legislação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI) está disponível para consulta on line- - comment	Está no CTM (Código Tributário Municipal) LC - 39/13
36. O município possui profissionais dedicados ao contencioso tributário, administrativo ou judicial-	Sim
36. O município possui profissionais dedicados ao contencioso tributário, administrativo ou judicial- - comment	
37. A procuradoria municipal auxilia na cobrança da receita-	Sim
37. A procuradoria municipal auxilia na cobrança da receita- - comment	Existem 4 Procuradores diretamente
38. A administração atualiza os dados cadastrais dos contribuintes devedores com as informações colhidas nos processos de execução fiscal-	Sim
39. A procuradoria adota procedimentos de qualificação e agrupamento das execuções fiscais a serem propostas-	Sim
40. A procuradoria utiliza de ferramentas ou sistemas de controle informatizado de prazos processuais-	Sim
41. A procuradoria utiliza de ferramentas ou sistemas de controle informatizado dos parcelamentos concedidos no curso de execuções fiscais-	Sim
42. Existe implementada, no município, cobrança administrativa dos créditos tributários inadimplidos, definida como aquela em que ocorre, no mínimo, o envio periódico de notificações aos devedores-	Sim
43. O município produz relatórios gerenciais periódicos, comprovando os resultados da cobrança administrativa realizada-	Sim
44. A administração inscreve em dívida ativa os créditos inadimplidos de todas as espécies tributárias-	Sim
45. A inscrição em dívida ativa é realizada automaticamente pelo sistema informatizado-	Não